INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.



Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021.
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais consolidadas
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO – IGEVE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Contexto

Nossa auditoria do ano de 2021 foi planejada e executada levando em consideração as operações do Instituto.

Não levamos em consideração os saldos anteriores das contas patrimoniais, pois as mesmas não foram auditadas por esta auditoria. Como consequência, em termos de escopo e principais assuntos de auditoria, nossa abordagem manteve-se substancialmente inalterada com foco contínuo nas análises das transações envolvendo as respectivas contas patrimoniais.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável,

as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos

todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de Junho de 2022.

P.YOUNG Consultoria e Auditoria CRC 2SP044317/O-8

Flávio Ray Perez Contador 1SP329043/O-8



1. REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO 28.413.401/0001-92

Campinas - SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

ATIVO

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante	4.	49.263.143	42.621.525
Disponibilidades	4.1.	3.022.085	3.906.029
Caixa e Bancos	4.1.1	236.470	3.680.748
Aplicações de liquidez imediata	4.1.2.	2.785.615	225.281
Direitos Realizáveis		46.241.058	38.715.496
Subvenções a Receber	4.2.1.	45.581.998	36.861.718
Créditos a Receber	4.2.	-	1.689.956
Empréstimos de pessoas ligadas	4.4	-	29.291
Outras Disponibilidades	4.3.	659.060	134.531
Não Circulante	5.	48.576.905	33.275.253
Realizável a Longo Prazo	5.1	48.576.905	33.275.253
Subvenções a Receber	4.2.2.	48.524.005	33.240.353
Caução de Aluguéis	3.11	52.900	34.900
Total do Ativo		97.840.048	75.896.778

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

PASSIVO

	Nota explicativa	2021	2020
Circulante	6.	49.185.033	42.600.576
Fornecedores	6.1.	57.979	291.720
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.2.	2.408.286	606.775
Obrigações Tributárias	6.3.	161.460	82.786
Contas a Pagar	6.4.	-	1.689.956
Empréstimos de pessoas ligadas	6.5.	-	29.291
Provisões	6.6.	1.992.650	331.126
Subvenções a Realizar	6.7.1.	44.564.658	39.568.922
Não Circulante	7.	48.524.005	33.240.353
Subvenções a Realizar	7.1	48.524.005	33.240.353
Patrimônio Social	8.	131.010	55.849
Superávit/Déficit Acumulado	8.1.	131.010	55.849
		97.840.048	75.896.778



DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota		
_	explicativa	2021	2020
Receitas Bruta		48.151.967	25.260.334
Receitas de subvenções e sem fins lucrativos	9.1.	48.013.102	25.241.333
Receitas financeiras	9.2.	78.865	19.001
Outras receitas	9.3.	60.000	-
Despesas Operacionais		48.076.807	25.204.486
Despesas com pessoal	9.4.1.	35.747.256	16.594.606
Despesas gerais	9.4.2.	6.324.124	3.648.707
Despesas com prestação de serviços	9.4.3.	5.924.321	4.906.335
Despesas financeiras	9.4.4.	81.106	54.838
Resultado do Exercício		75.161	55.849

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Superávit / (-) Déficit do Período	75.161	55.849
Ajustes por:	-	-
(+) Depreciação e amortização	-	-
(-) Ajuste de Exercícios anteriores	-	904.192
	75.161	960.041
Aumento (Diminuição) nos Ativos e Passivos Circulantes		
Contas a Receber	-23.252.977	-20.234.190
Adiantamento a Empregados	-	5.363
Outros Valores a Receber	396.471	-1.698.638
Contas a pagar e salários a pagar	1.074.147	-4.570.156
Impostos a Recolher	543.866	36.351
Outras Obrigações a Pagar	20.279.388	29.280.945
	-959.105	2.819.676
Caixa Liquido Gerado pelas Atividades Operacionais	-883.944	3.779.717
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens para Ativo Imobilizado	-	-
Recurso Recebidos pela Venda de Bens	-	-
Caixa Liquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	-	-
	-883.944	3.779.717
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Recebimentos de Empréstimos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	-	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamentos		
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	-883.944	3.779.717
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de Caixa		
No início do exercício	3.906.029	126.312
No fim do exercício	3.022.085	3.906.029
Aumento (redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	-883.944	3.779.717



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Especificações	Superávit / Déficit Acumulado	Total Geral
Saldo em 31-Dez-2019		- 904.241
Ajuste de Variação Patrimonial	904.193	
Superávit do exercício	55.848	
Saldo em 31-Dez-2020		55.800
Superávit do exercício	75.161	
Saldo em 31-Dez-2021		130.961

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO, domiciliada no Brasil, com sede em Campinas – SP e filiais em São Vicente- SP, Guarulhos – SP e em São Paulo – SP, é constituído pela união de pessoas que se organizaram para fins não econômicos, fundada em 04 de agosto de 2017, não havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocas. Tem como fundamento a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, destinando-se à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social para:

- I. Apoio à educação, exceto caixas escolares;
- II. Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas;
- III. Pesquisas de mercado e de opinião pública;
- IV. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- V. Educação infantil creche;
- VI. Ensino fundamental;
- VII. Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 30 de abril de 2022.

2. BASE PARA LABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e estão apresentas em real (R\$), sendo esta a moeda funcional da sociedade. O CPC PME está convertido às normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC PME requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos são transferidos para a entidade e os benefícios econômicos são gerados a favor da sociedade. Uma receita não é reconhecida se houver incertezas em relação à sua realização.

3.2. Instrumentos financeiros

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros recebíveis.

3.2.1. Contratos de Gestão

3.2.1.1 - Contrato de gestão - Prefeitura do Município de São Vicente - SP

De 11 de dezembro de 2017 a 11 de dezembro de 2018, vigeu o contrato de gestão nº 02/17 referente ao processo 24.533/17 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura do Município de São Vicente – SP, que teve por objetivo o fomento e execução de atividades na área de ensino, referente a gestão de Programa de Afetividade – PROAF nas creches e Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI do município de São Vicente, para crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de acordo com o Termo de Referência Técnica firmado entre as partes.

Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados no contrato, foi proposto o valor global de recursos públicos durante a vigência do primeiro contrato no valor total de R\$ 22.778.982,96 a serem transferidos ao INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO no montante mensal de R\$ 1.898.248,58.

Em 31 de janeiro de 2019 foi firmado o primeiro aditamento (termo aditivo nº 2 ao contrato de gestão nº 02/17) que renovou a vigência do contrato inicial até 11 de dezembro de 2019, nas mesmas condições do contrato base, inclusive com relação aos valores. Em 23 de dezembro de 2019 o referido contrato sofreu novo aditamento pelo termo aditivo nº 04 pelo prazo de 12 meses a partir de 10 de dezembro de 2019 no montante de R\$24.488.756,83. Em 22 de dezembro de 2020 ocorreu um novo aditamento pelo termo aditivo nº 07, onde o contrato de gestão nº 02/17 foi

prorrogado por mais 12 meses e teve seu valor reajustado em 4,311090%, alterando o valor global para o total de R\$ 25.544.489,18.

3.2.1.2 - Contrato de gestão - Prefeitura do Município de Guarulhos - SP

Em 10 de outubro de 2019, firmou-se o contrato de gestão do termo de colaboração nº 001024/2019 -SESE03 - RPI referente ao processo 38.08/2019 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura do Município de Guarulhos – SP, com vigência de cinco anos, que tem por objetivo o atendimento de crianças na modalidade educação infantil por meio de unidades escolares, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado entre as partes, de modo a atender 425 crianças na faixa etária de Berçário I e/ou II, Maternal e Estágio.

Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados no contrato, foi proposto o valor global de recursos públicos durante a vigência do contrato no valor total de R\$ 19.332.489,00 a serem transferidos ao INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO no montante mensal de R\$ 292.916,50. Em 10 de julho de 2020, ocorreu o Termo de Apostilamento nº 02 referente ao Termo de Colaboração nº 001024/2019 -SESE03 – RPI, onde o valor mensal a ser repassado foi alterado para R\$ 341.916,50 e o valor global do contrato será de R\$ 21.467.239,50.

3.2.1.3 – Contrato de Gestão – Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Guaianases – IGEVE Guaianases Rabaçal

Em 05 de fevereiro de 2020, firmou-se o contrato de gestão do termo de colaboração nº 162020 RPP referente ao processo nº 6016.2020/0009322-2 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 96 crianças, sendo 48 do berçário, na faixa etária de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 4.787.700,00, sendo R\$ 79.795,00 o valor do repasse mensal.

3.2.1.4 - Contrato de Gestão - Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Guaianases - IGEVE Guaianases Alvorada

Em 05 de fevereiro de 2020, firmou-se o contrato de gestão do termo de colaboração nº 172020 RPP referente ao processo nº 6016.2020/0009544-6 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 134 crianças, sendo 57 do berçário, na faixa etária de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 6.128.513,40 sendo R\$ 102.141,89 o valor do repasse mensal.

3.2.1.5 - Contrato de Gestão – Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Guaianases – IGEVE Guaianases Mendonça

Em 05 de outubro de 2020, firmou-se o contrato de gestão do termo de colaboração nº 283/DRE-G/2020-RPP referente ao processo nº 6016.2020/0078846-8 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 78 crianças, sendo 29 do berçário, na faixa etária de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 3.914.695,80 sendo R\$ 65.244,93 o valor do repasse mensal.

3.2.1.6 - Contrato de Gestão - Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Guaianases - IGEVE Guaianases Rubi

Em 05 de outubro de 2020, firmou-se o contrato de gestão do termo de colaboração nº 284/DRE-G/2020-RPP referente ao processo nº 6016.2020/0078851-4 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 120 crianças, sendo 59 do berçário, na faixa etária de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 5.869.146,60 sendo R\$ 97.819,11 o valor do repasse mensal.

3.2.1.7 - Contrato de Gestão – Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Jaçanã/Tremembé – IGEVE Conchilia

Em 08 de dezembro de 2020, com validade a partir de janeiro de 2021, firmou-se o termo de colaboração nº 3432020 referente ao processo nº 6016.2020/0104004-1 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e a Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 59 crianças de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 3.634.694,40.

3.2.1.8 - Contrato de Gestão – Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Santo Amaro – IGEVE Rafael Parisi

Em 05 de janeiro de 2021, firmou-se o termo de colaboração nº 72021 referente ao processo nº 6016.2020/0109352-8 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 216 crianças de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 9.400.638,60.

3.2.1.9 - Contrato de Gestão - Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Santo Amaro - IGEVE Tropical

Em 05 de janeiro de 2021, firmou-se o termo de colaboração nº 102021 referente ao processo nº 6016.2020/0109887-2 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 117 crianças de 01 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 5.493.292,20.

3.2.1.10 - Contrato de Gestão - Prefeitura de São Paulo e Diretoria Regional de Educação Santo Amaro - IGEVE Van Dick

Em 05 de janeiro de 2021, firmou-se o termo de colaboração nº 112021 referente ao processo nº 6016.2020/0109378-1 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e Prefeitura Municipal de São Paulo/SP, com vigência inicial de 05 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender 189 crianças de 0 a 03 anos por meio de um Centro de Educação Infantil, conforme diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação. O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 8.334.310,20.

3.2.1.11 - Contrato de gestão - Prefeitura do Município de São Vicente/SP e Secretaria de Educação - SEDUC

Em 30 de agosto de 2021, firmou-se o termo de colaboração nº 01/2021 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e o Município de São Vicente/SP, por intermédio da Secretaria de Educação – SEDUC, com vigência inicial de 02 anos, podendo ser prorrogado, com o objetivo de atender crianças e adolescentes 06 a 14 anos no Programa de Reforço Escolar – Integra S.V. (Decreto 5580-A. 22 de junho de 2021). O valor global dos recursos públicos durante a vigência do contrato será de R\$ 38.020.693,92.

3.2.2. Passivos financeiros

A entidade reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial.

A entidade tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, contratos, parcelamentos e outros débitos. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e

alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixas futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil liquido.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Avaliados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis às de mercado, estando registradas ao seu valor justo e de realização.

3.4. Ativo Circulante e não circulante

Os valores foram registrados pelo seu valor nominal. Sendo considerado curto prazo as operações com menos de 12 (doze) meses e a longo prazo as operações superiores a doze) meses.

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em fundos de investimentos com prazo de resgate abaixo de 90 dias, caracterizando-se como equivalentes de caixa.

3.5. Imobilizado

O INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO não possui imobilizações e intangíveis próprios. Os bens móveis, imóveis, equipamentos e instalações permanentes utilizados na atividade da Entidade, foram cedidos ao INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO pelos municípios contratantes em caráter precário a título de permissão de uso pelo prazo contratado, cabendo à Entidade mantê-los na forma em que foram entregues, sendo seu uso restrito a consecução das finalidades contratadas. Eventuais novas aquisições serão revertidas aos respectivos municípios ao término do contrato.

Os reparos, reposições e manutenções dispendidos a esses bens, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

3.6. Fornecedores

Fornecedores são obrigações contraídas pela prestação de serviços ou fornecimentos de bens, sendo classificada no ativo circulante se compreenderem o prazo de até 12 meses, sendo superior a este serão classificadas no ativo não circulante.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

3.8. Tributos

O INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO é uma Entidade

isenta de imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL) e do pagamento da COFINS, sendo devido à contribuição do PIS incidente sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%.

3.9. Partes relacionadas

Durante o ano base de 2021 a Entidade não contratou para a realização de atividades e serviços, empresas pertencentes até o 2º grau, inclusive por afinidade, de dirigentes da organização social e administrativo da Entidade, ou de agentes políticos do Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por finidade, e nem sofreu nenhuma intervenção da Secretaria da Saúde e demais Órgãos Públicos nas contratações de seus colaboradores ou para qualquer outro direcionamento de recursos.

O quadro da diretoria e da administração da Entidade também não possui parentesco até o 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos do Poder ou do Ministério Público, dirigente e órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade.

3.10. Remuneração a administradores

Não houve durante 2021 remunerações direta ou indireta aos administradores e membros do conselho e também não há plano de pensão, previdência privada, ou benefícios pós-emprego de rescisão de contrato, ou outros benefícios de longo prazo para administradores, membros do conselho e empregados e nem benefícios na forma de bônus ou de participações.

3.11. Avais, Fianças ou Garantias

A Entidade não possui quaisquer transações como interveniente garantidor e não prestou quaisquer garantias durante o ano de 2021, exceto pelo depósito em caução de R\$ 18.000,00, registrado no ativo não circulante para garantia das salas utilizadas pelo INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO para a parte administrativa, situadas em São Vicente/SP. O valor restante de R\$ 34.900,00 refere-se a cauções de aluguéis que entidade tem a receber de períodos anteriores.

3.12. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2021.

3.13. Reconhecimento das receitas e despesas dos recursos vinculados

As receitas e despesas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Os recursos vinculados compreendem os valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determina o contrato de gestão. Estes recursos, enquanto não recebidos, são registrados no ativo circulante "Subvenções a Receber" em contrapartida a conta de "Recursos de Projetos (Subvenções a Realizar)" no passivo circulante. As receitas e valores recebidos e empregados referente ao contrato de gestão são

registrados da seguinte forma:

- Reconhecimento da receita e Recebimento dos recursos: Na competência de cada mês e vinculados aos gastos inerentes empregados nos projetos, os recursos são contabilizados em receita contra a conta de "Recursos de Projetos (Subvenções a Realizar)" no passivo circulante, e quando efetivamente recebidos é reconhecido a débito de conta de equivalentes de caixa em contrapartida a conta de "Subvenções a Receber" no ativo circulante.
- Consumo com despesas: Os gastos do contrato de gestão, quando ocorridos, são reconhecidos nas contas de despesas correspondentes pelo regime de competência.
- Rendimentos e aplicações financeiras vinculadas: São reconhecidos a débito de equivalentes de caixa (conta de aplicação) e a crédito de receitas financeiras.

3.14. Cobertura de seguros

O único seguro contrato pela entidade refere-se ao seguro de vida dos colaboradores com capital máximo segurado de até R\$16.500,00 por segurado.

4. ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante consiste nos bens, direitos a receber e as despesas pagas antecipadamente, realizáveis até o término do exercício social seguinte.

4.1. Bancos e aplicações financeiras

Compreendem o saldo em depósitos bancários sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, 31 de dezembro de 2021, perfazendo o montante de R\$ 236.470,72 (duzentos e trinta e seis mil e quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos):

4.1.1. Bancos

	2021	2020
Banco Santander S/A - AG.0292 C/C 13002099-5	121.381	54.960
Banco Santander S/A - AG.0135 C/C 13006245-2	2.895	3.625.789
Banco Santander S/A – AG.0135 C/C 13007415-4	112.154	-
Total	236.461	3.680.748

Os recursos vinculados ao contrato de gestão referem-se substancialmente a recursos recebidos, que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados. Já as receitas oriundas de serviços prestados com alimentação serão aplicadas totalmente para garantir a continuidade desses serviços.

4.1.2. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com rendimentos médios equivalentes a 92% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras

no Brasil e por aplicações em poupança, com rendimento médio de 2,48% ao ano. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações a um risco insignificante de mudança de valor.

	2021	2020
APLIC. BB RF CP AUT. MAIS C/C 40651-1	-	2.858
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - GUARULHOS	94.918	5.552
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA C/C40651-1	-	66.598
APLIC. BB RF CP AUT. C/C 40650-3	-	45.309
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA C/C40652-X	-	12.467
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA C/C40649-X	-	37.235
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - ALVORADA	294.673	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - R. PARISI	185.345	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - CONCHILIA	59.323	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - VAN DICK	167.073	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - RUBI	487.518	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - RABACAL	244.290	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - TROPICAL	88.065	-
APLIC. BB RF CP AUT. EMPRESA - MENDONCA	171.461	-
APLIC. BB POUPANÇA OURO - GUARULHOS	32.981	925
APLIC. POUPANÇA OURO C/C 40651-1	-	29.701
APLIC. POUPANÇA OURO C/C 40650-3	-	17.694
APLIC. POUPANÇA OURO C/C 40652-X	-	3.958
APLIC. POUPANÇA OURO C/C 40649-X	-	2.983
APLIC. BB POUPANÇA OURO - R. PARISI	6.549	-
APLIC. BB POUPANÇA OURO - VAN DICK	18.435	-
APLIC. BB POUPANÇA OURO - RUBI	27.034	-
APLIC. BB POUPANÇA OURO - RABACAL	3.755	-
APLIC. BB POUPANÇA OURO - TROPICAL	17.628	-
APLIC. SANTANDER C/C130020995-CDB/RDB	19.584	-
APLIC. SANTANDER S/A CDB/RDB - S.VICENTE	866.981	-
Total	2.785.614	225.281

4.2. Subvenções a Receber

Conta destinada ao reconhecimento de valores a receber relacionados aos contratos de gestão, cujo saldo representa o montante a receber do município de São Vicente, município de Guarulhos, e do município de São Paulo (Guaianases Rabaçal, Alvorada, Mendonça e Rubi, Conchilia, Tropical, R. Parisi e Van Dick) todos situados no Estado de São Paulo.

	2021	2020
Contrato de Gestão nº 02/17 - São Vicente	12.689.830	34.158.196
Contrato de Gestão nº 1024/2019 – Guarulhos	13.220.459	17.267.849
Contrato de Gestão nº 162020 - Rabacal	2.905.569	4.073.115

Contrato de Gestão nº 172020 - Alvorada	3.567.964	5.164.880
Contrato de Gestão nº 283/2020 – Mendonça	2.699.902	3.754.763
Contrato de Gestão 284/2020 – Rubi	3.706.586	5.683.267
Contrato de Gestão 3432020 - Conchilia	3.238.592	-
Contrato de Gestão 72021 – R. Parisi	7.254.810	-
Contrato de Gestão 102021 - Tropical	4.201.231	-
Contrato de Gestão 112021 - Van Dick	6.478.758	-
Contrato de Gestão 01/2021 - Integra/SEDUC	34.142.303	-
Total:	94.106.004	70.102.070

4.2.1. Subvenções a Receber a Curto Prazo

	2021	2020
Contrato de Gestão Nº 02/17 - São Vicente	12.689.830	34.158.197
Contrato de Gestão Nº 1024/2019 - Guarulhos	317.021	261.413
Contrato de Gestão Nº 172020 - Alvorada	1.165.293	-
Contrato de Gestão Nº 72021 - R.Parisi	1.614.427	-
Contrato de Gestão Nº 01/2021 - S.V. Int	21.468.738	-
Contrato de Gestão Nº 3432020 - Conchilia	1.057.775	-
Contrato de Gestão Nº 112021 - Van Dyck	2.699.812	-
Contrato de Gestão Nº 284/2020 - Rubi	1.458.833	-
Contrato de Gestão Nº 162020 - Rabaçal	1.347.510	-
Contrato de Gestão Nº 102021 - Tropical	905.256	-
Contrato de Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	857.504	-
Contrato de Gestão Nº 172020 - Alvorada	-	262.069
Contrato de Gestão Nº 162020 - Rabaçal	-	242.956
Contrato de Gestão Nº 284/2020 - Rubi	-	1.183.588
Contrato de Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	-	753.496
Total:	45.581.998	36.861.718

4.2.1. Subvenções a Receber a Longo Prazo

	2021	2020
Contrato De Gestão Nº 1024/2019 - Guarulhos	17.006.436	12.903.438
Contrato De Gestão Nº 172020 - Alvorada	-	2.402.670
Contrato De Gestão Nº 07/2021 - R. Parisi	-	5.640.383
Contrato De Gestão Nº 01/2021 - S.V. Int	-	12.673.565
Contrato De Gestão Nº 3432020 - Conchilia	-	2.180.817
Contrato De Gestão Nº 11/2021 - Van Dyck	-	3.778.946
Contrato De Gestão Nº 284/2020 - Rubi	-	2.247.753
Contrato De Gestão Nº 162020 - Rabaçal	-	1.558.059
Contrato De Gestão Nº 10/2021 - Tropical	-	3.295.975
Contrato De Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	-	1.842.399
Contrato De Gestão Nº 172020 - Alvorada	4.902.811	-
Contrato De Gestão Nº 162020 - Rabaçal	3.830.160	-

Contrato De Gestão Nº 283/2020 - Mendonca 3 001 267	Contrato De Gestão Nº 284/2020 - Rubi	4.499.679	-
Contrate De Costae IV 200/2020 Michaelişa Cico II201	Contrato De Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	3.001.267	-

Total: 33.240.353 48.524.005

4.3. Outras disponibilidades

Trata-se do acumulado de adiantamento de férias pagas antes do período de gozo e de impostos pagos ou retidos indevidamente que a entidade possui a recuperar.

2021	2020
659.060	134.531

4.4. Empréstimos de pessoas ligadas

Conta corrente devedora entre a matriz e suas filiais.

	2021	2020
INST.GESTÃO EDUC.VAL.ENSINO - IGEVE M	-	312
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO -ALVORAD	-	5.348
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO -MENDON	-	617
INST GEST. EDUC. VAL. ENSINO-SÃO VICENT	-	6.339
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - MATRIZ	-	264
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - RUBI	-	41
INST.GESTÃO EDUC.VAL.ENSINO - ALVORAD	-	13.151
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO - RUBI	-	715
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - MENDONÇ	-	518
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO - RUBI	-	805
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - RUBI	-	615
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO -MENDON	-	566
Total:	-	29.291

5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante é composto pelo Realizável a Longo Prazo e pelo Imobilizado.

5.1. Realizável a longo prazo

Representa todos os créditos e direitos a receber após o exercício seguinte.

6. PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo circulante consiste nas obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, cujos prazos esperados ou estabelecidos, estejam situados até o término do exercício seguinte.

6.1. Fornecedores

O saldo de fornecedores a pagar refere-se a aquisições de materiais e serviços tomados para aplicação nos serviços prestados a ser pago no mês subsequente. Estão demonstrados pelos valores exigíveis até o término do exercício decorrentes de transações usuais e de provisões apropriadas segundo o regime de competência.

	2021	2020
AHGORA SISTEMAS SA	-	2.716
DOMICILI IND E COM DE ALIMENTOS LTDA	-	1.601
BZR LADOE COMUNICACOES LTDA	351	-
LUSA LOC DE VEÍCULOS	-	1.540
JML ASSESSORIA CONTABIL E FISCAL - EIREL	-	15.979
MONAD CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORM	-	12.000
GKR - ASSESS CONSUL EM INFORMATICA LTD	-	87.500
MERCADO ARA EIRELI - ME	-	3.013
BRUNO MAX COMDE CARNES E DERIVLTD	3.556	172
USINA DO SABER - MODESTO E RAMALHO CONS	-	160.000
EMPORIO ANDALUZIA LTDA	8.168	-
ATLANTICO COMERCIO DE GAS E TRANSP LTDA	4.550	-
VIEIRA HORTIFRUTI	6.001	-
JRTECH SISTEMAS EIRELI	21.773	-
ALIPIO GOMES DA SILVA FLOR 22942090871	2.410	-
PAULO ALBERTO BISPO FERREIRA ME	11.169	-
RAMIRA GENTILLE 63651769887	-	2.200
EMILIA LUTECIA CORDEIRO DE SOUZA	-	5.000
Total:	57.979	291.720

6.2. Obrigações Sociais e Trabalhistas

A Conta de Obrigações Sociais e Trabalhista no valor de R\$ 2.408.285,70 representa os valores a pagar aos empregados e demais encargos sociais e trabalhistas.

	2021	2020
Salários a Pagar	1.939.513	410.167
Rescisões de Empregados a Pagar	3.229	1.549
Pensão Alimentícia a Pagar	352	616
Férias a Pagar	-	79.347
INSS a Recolher	210.940	30.850
FGTS a Recolher	242.234	80.626
Contribuições a Sindicatos a Recolher	12.017	3.620
Total:	2.408.286	606.775

6.3. Obrigações Tributárias

São registrados nessa rubrica os tributos a pagar pela entidade, sejam eles tributos próprios ou



retidos na fonte.

	2021	2020
IRRF (0561) - Salários	150.782	72.233
IRRF (3208) - Aluguéis	3.868	1.228
IRRF (1708) - Serviços Tomados	369	11
CSRF (5952) - Serviços Tomados	1.168	33
ISS - Serviços Tomados	5.273	9.282
Total:	161.460	82.786

6.4. Outras Contas a Pagar

	2021	2020
IBC - ESC. EGLE CAMPOS - CT 796/2020	-	260.178
CONTR. PREST. SERVIÇOS - GKR INFORMÁTICA	-	939.000
IBC -ESC. CAP. GUILHERME -CT 19/2020/BAR	-	262.680
IBC - ESC.WANDEIR RIBEIRO - CT 797/2020	-	228.098
Total:	-	1.689.956

- a) Contrato nº 19/2020/BAR firmado em 01 de outubro de 2020 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e o Instituto Brasileiro de Cidadania IBC, CNPJ: 56.345.564/0001-10, com o objetivo de preparar e fornecer refeições e insumos balanceados e de qualidade nas dependências da Unidade Escolar Maternal Capitão Guilherme Alves Siqueira, localizada em Barueri/SP. O INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO fica obrigado a fornecer no máximo 6 refeições diárias para 250 alunos, totalizando 33.000 refeições ao mês ao valor de R\$ 1,99 cada. O referido contrato possuiu vigência até 02 de setembro de 2021.
- b) Contrato nº 08 797/2020 Wandeir Ribeiro firmado em 01 de novembro de 2020 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e o Instituto Brasileiro de Cidadania IBC, CNPJ: 56.345.564/0001-10, com o objetivo de preparar e fornecer refeições e insumos balanceados e de qualidade no local que se encontra instalada a Escola Municipal Maternal Wandeir Ribeiro na cidade de Barueri/SP. A entidade fica obrigada a fornecer no máximo 6 refeições diárias para 239 alunos, totalizando 31.548 refeições ao mês ao valor de 1,99 cada. O referido contrato possuiu vigência até 02 de novembro de 2021.
- c) Contrato nº 796/2020 Egle Campos firmado em 01 de novembro de 2020 entre o INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO e o Instituto Brasileiro de Cidadania IBC, CNPJ: 56.345.564/0001-10, com o objetivo de preparar e fornecer refeições e insumos balanceados e de qualidade no local que se encontra instalada a Escola Municipal Maternal Egle Aparecida Rodrigues Campos, na cidade de Barueri/SP. A entidade fica obrigada a fornecer no máximo 6 refeições diárias para 278 alunos, totalizando 36.696 refeições ao mês ao custo de 1,99 cada. O referido contrato possuiu vigência até 02 de novembro de 2021.
- d) Contrato de Prestação de Serviços firmado com a empresa GKR Assessoria e Consultoria em

Informática Ltda, CNPJ: 13.920.346/0001-50, com o objetivo de contratar a empresa citada para a prestação de serviços visando a disponibilização e utilização (licença de uso) do sistema "On-line Agenda Hello" – ferramenta de gestão de comunicação entre escola, pais e alunos – assim como o treinamento e implantação do sistema para o acesso de 450 alunos ou 1.500 usuários totais registrados no município de Guarulhos/SP. O contrato terá vigências de 12 meses, tendo como termo inicial em 11 de agosto de 2020 e termo final em 10 de agosto de 2021.

6.5. Empréstimos de pessoas ligadas

Conta corrente credora entre a matriz e suas filiais.

	2021	2020
INST. GESTÃO EDUC. VAL. ENSINO-SÃO VICEN	-	312
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO -ALVORAD	-	715
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO -ALVORAD	-	617
INST.GEST. EDUC. E VAL. ENSINO - RABAÇAL	-	6.339
NST. GEST. EDUC. E VAL. ENSINO - RABAÇAL	-	5.348
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - RABAÇAL	-	615
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - RABAÇAL	-	518
INST.GESTÃO EDUC.VAL.ENSINO- SÃO VICE	-	13.151
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO-S.VICENTE	-	805
INST GEST. EDUC. E VAL. ENSINO-S.VICENTE	-	566
NST.GESTÃO EDUC.VAL.ENSINO - RABAÇAL	-	264
INST. GEST. EDUC. VAL. ENSINO - MENDONÇ	-	41
Total:	-	29.291

6.6. Provisões

	2021	2020
Provisão de Férias de 13º Salário	1.844.171	307.449
Provisão de FGTS sobre Férias de 13º Salário	148.479	23.677
Total:	1.992.650	331.126

6.7. Subvenções a Realizar

Subvenções a Realizar se refere ao valor contábil que a entidade possui para gastar em seus projetos, sem que haja alteração em seu resultado. Lembrando que, em 2020, o reconhecimento das receitas com subvenções passou a ser reconhecido em conformidade com o CPC 07, onde se reconhece receita a partir dos valores gastos e não pelo recebimento.

6.7.1. Subvenções a Realizar a Curto Prazo

	2021	2020
Contrato de Gestão Nº 02/17 - São Vicente	11.521.593	36.794.830
Contrato de Gestão Nº 1024/2019 - Guarulhos	443.390	137.569
Contrato de Gestão Nº 172020 - Alvorada	1.379.557	-
Contrato de Gestão Nº 72021 - R.Parisi	1.681.168	-

Total:	44.564.658	39.568.922
Contrato de Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	-	781.070
Contrato de Gestão Nº 284/2020 - Rubi	-	1.184.757
Contrato de Gestão Nº 162020 - Rabaçal	-	318.733
Contrato de Gestão Nº 172020 - Alvorada	-	351.963
Contrato de Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	965.653	-
Contrato de Gestão Nº 102021 - Tropical	932.535	-
Contrato de Gestão Nº 162020 - Rabaçal	1.532.633	-
Contrato de Gestão Nº 284/2020 - Rubi	1.820.738	-
Contrato de Gestão Nº 112021 - Van Dyck	2.771.692	-
Contrato de Gestão Nº 3432020 - Conchilia	1.063.882	-
Contrato de Gestão Nº 01/2021 - S.V. Int	20.451.818	-

7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Passivo Não Circulante é um subgrupo do passivo exigível do Balanço Patrimonial e é composto das contas antes agrupadas no Passivo Exigível a Longo Prazo, ou seja, de registro de todas as obrigações que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço.

7.1. Subvenções a Realizar a Longo Prazo

	2021	2020
Contrato de Gestão Nº 1024/2019 - Guarulhos	12.903.438	17.006.436
Contrato de Gestão Nº 172020 - Alvorada	2.402.670	-
Contrato de Gestão Nº 72021 - R.Parisi	5.640.383	-
Contrato de Gestão Nº 01/2021 - S.V. Int	12.673.565	-
Contrato de Gestão Nº 3432020 - Conchilia	2.180.817	-
Contrato de Gestão Nº 112021 - Van Dyck	3.778.946	-
Contrato de Gestão Nº 284/2020 - Rubi	2.247.753	-
Contrato de Gestão Nº 162020 - Rabaçal	1.558.059	-
Contrato de Gestão Nº 102021 - Tropical	3.295.975	-
Contrato de Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	1.842.399	-
Contrato de Gestão Nº 172020 - Alvorada	-	4.902.811
Contrato de Gestão Nº 162020 - Rabaçal	-	3.830.160
Contrato de Gestão Nº 284/2020 - Rubi	-	4.499.679
Contrato de Gestão Nº 283/2020 - Mendonça	-	3.001.267
Total:	48.524.005	33.240.353

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Líquido é composto pelo superávit/ (déficit) apurado anualmente. De acordo com o contrato de gestão, em caso de extinção, desqualificação ou rescisão administrativa, a Entidade deverá devolver ao patrimônio das prefeituras objetos do contrato, os bens cujo uso foi permitido e a prestar contas da gestão dos recursos recebidos, procedendo à apuração e a devolução dos eventuais excedentes financeiros decorrentes de sua atividade, na proporção dos recursos e bens

por esta alocados

Em conformidade com o estatuto social, no caso de extinção ou dissolução da entidade, o eventual patrimônio excedente remanescente das atividades relacionados ao contrato de gestão com os Municípios, depois de satisfeitas as obrigações, serão destinados à outra instituição qualificada nos termos da lei federal, estadual e/ou municipal, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo do INSTITUTO DE GESTÃO EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DO ENSINO ou ao Poder Público.

8.1. Saldo do Exercício

A Apuração do Resultado é registrada mensalmente na Demonstração das Variações Patrimoniais e Financeiras Ativas e Passivas, evidenciando no caso, se ocorreu Déficit ou Superávit, e no final de cada exercício o saldo é incorporado ao seu Patrimônio Social.

	2021	2020
Superávit do Exercício	55.849	131.010

9. APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas e receitas do exercício foram integralmente reconhecidas pelo regime de competência de exercícios

9.1. Receitas de subvenções e sem fins lucrativos

9.1.1. Receitas com Subvenções Municipais

Receita com Subvenções Municipais englobam as receitas reconhecidas em conformidade do CPC 07 dos contratos de gestão com os municípios de São Vicente, Guarulhos e São Paulo.

	2021	2020
Subvenção Municipal São Vicente	25.219.325	18.927.539
Subvenção Municipal Guarulhos	3.818.452	4.249.278
Subvenção Municipal Alvorada	1.477.010	873.740
Subvenção Municipal Rafael Parisi	2.109.456	638.807
Subvenção Municipal São Vicente Integra	4.897.763	-
Subvenção Municipal Conchilia	482.521	-
Subvenção Municipal Van Dyck	1.817.231	-
Subvenção Municipal Rubi	1.628.435	184.710
Subvenção Municipal Rabaçal	1.090.986	-
Subvenção Municipal Tropical	1.281.995	-
Subvenção Municipal Mendonça	1.017.687	132.359
Total:	44.840.860	25.006.433

9.1.2. Receitas de Prestação de Serviço

Receita com Serviços Prestados refere-se aos serviços de alimentação prestados pela Matriz,

onde a mesma é responsável pela merenda escolar em algumas creches públicas no município de Barueri/SP.

	2021	2020
Prestação de Serviços	3.172.078	234.900

9.2. Receitas Financeiras

Receita com Rendimentos de Aplicação Financeira são os rendimentos ocorridos em decorrência de aplicação financeira de liquidez imediata dos recursos públicos para provisão trabalhista (Férias, 13º e encargos).

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	78.865	19.001

9.3. Demais Receitas

Valores de receitas não operacionais recebidos para ressarcimento de guias de impostos pagas indevidamente pela Matriz.

	2021	2020
Outras Receitas Não Operacionais	60.000	-

9.4. Custos e Despesas Operacionais

9.4.1. Custos e Despesas Com Pessoal

	2021	2020
Salários e Ordenados	20.308.876	8.567.818
Férias	20.871	402.409
Férias Indenizadas	12.531	3.317
13º Salário	223.268	562.251
Ajuda de Custo	14.888	3.059
Indenizações Trabalhistas	1.947	75.785
Aviso Prévio	111.862	21.703
Auxílio Alimentação	5.479.643	2.269.587
FGTS	1.628.150	763.865
Vale Transporte	920.626	553.777
13º Salario - Aviso Prévio	4.850	1.267
Cesta Básica	1.637.684	1.079.717
Assistência Médica e Odontologia	81.934	16.825
Despesas com Uniformes	36.338	66.930
Custas com Processo Trabalhista	19.703	-
Auxílio Creche	998	-
Bem Estar Social - Art 513 Clt	85.823	18.850

Seguro de Vida	82.666	73.095
Medicina do Trabalho	166.983	-
Provisão de Férias E 1/3	2.815.340	1.164.413
Provisão de 13º Salário	1.468.914	507.971
Provisão de FGTS S/Férias E 1/3	209.525	91.161
Provisão de FGTS S/13º Salário	118.606	40.583
Cursos e Seminários	132.610	307.627
Contribuições a Entidades de Classe	140.260	757
FGTS - Rescisão	19.218	1.423
13º Salário - Aviso Prévio	3.140	415
Total:	35.747.256	16.594.605

9.4.2. Custos e Despesas Gerais

	2021	2020
Auditoria	75.000	-
Honorários Contábeis	900.867	532.831
Honorários Advocatícios	591.333	-
Alugueis	835.036	137.292
Agua e Esgoto	63.314	45.783
Anúncios e Propagandas	1.300	1.920
Bens Natureza Permanente C/Peq/Valor	-	95.978
Manutenção	2.104	960.333
Postais/Correios E Malotes	10.148	7.615
Depreciações e Amortizações	-	9.844
Material de Escritório/Papelaria	3.051	1.376.519
Seguros	309	-
Manut Sistemas de computação	-	115.158
Recarga de Extintores	13.655	-
Condomínio	-	2.491
Internet	-	1.790
Telecomunicações	37.052	-
Taxa de Administração e Encargos	9.327	-
IPTU	71.117	5.155
Taxa de Fiscalização Estabelecimentos	387	-
Custos com Filiais	123.705	-
Bens de Natureza Permanente	629.601	355.252
Limpeza e Higiene	2.956.819	744
Total:	6.324.124	3.648.707

9.4.3. Custos e Despesas com a Prestação de Serviços

	2021	2020
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	710.767	72.720
Serviços Manutenção	1.651.670	4.701

Consultoria em Informática	769.855	475.851
Impressos e Materiais P/Escritório	142.868	-
Energia Elétrica	38.739	6.475
Materiais de Consumo	113	-
Telefone	2.268	16.944
Consumo de Gás	63.796	2.900
Material Limpeza E Higiene	120	1.562.580
Locação de Veículos	116.975	30.097
Locação de Maquinas E Equipamentos	464.921	370.193
Segurança/Contr de Acesso/Monitoram	110.000	208.000
Suprimentos P/Informática	107.157	83.070
Assessoria Jurídica/Advocatícia	-	340.382
Material Escolar/Pedagógico	-	210.928
Despesas com Pedágios	705	105
Despesas com Imobilizado	-	286.816
Reembolso de Despesas	-	1.695
Despesas com Assessoria	-	340.195
Despesas com Cartório	31.445	6.454
Despesa com Certificado	400	160
Custas Judiciais	192	450
Seguro Locação Imóvel	215	398
Projetos/Pesquisas Educacionais	-	594.000
Serviço de Auditoria	-	106.370
Despesas Internet/Provedor/ Link	4.435	10.009
Serviços Tomados Pj	67.740	3.360
Taxa de Licença P/Instalação E Funciona	13.300	-
Materiais Didáticos/Pedagógicos	1.063.968	-
Materiais Aplicados Nos Serviços Prest	562.674	171.481
Total:	5.924.321	4.906.335

9.4.4. Despesas Financeiras

	2021	2020
Juros e Multas	25.745	21.646
Despesas Bancárias	55.239	30.279
IOF	-	2.824
Perda S/ Aplicação Financeira	-	82
IRF- Rendimentos Aplic Financeiras	111	7
Impostos E Taxas	11	-
Total:	81.106	54.838